

## **A questão ambiental mundial e a gestão ambiental pública no Brasil**

### **The global environmental issue and the public environmental management in Brazil**

DOI: 10.46814/lajdv5n1-005

Recebimento dos originais: 12/12/2022

Aceitação para publicação: 13/01/2023

#### **Rogério Henrique Ohhira**

Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Instituição: Centro Universitário de Goiatuba (UNICERRADO)

Endereço: Rodovia GO 320, S/Nº, Jardim Santa Paula, Goiatuba - Goiás, CEP: 75600-000

E-mail: rogerioohhira@unicerrado.edu.br

#### **Moacir Jose dos Santos**

Pós-Doutorado em História

Instituição: Universidade de Taubaté (UNITAU)

Endereço: Rua Quatro de Março, nº 432, Centro, Taubaté - São Paulo, CEP: 12020-270

E-mail: pgdr@unitau.br

#### **RESUMO**

O presente trabalho apresenta um histórico evolutivo da questão ambiental no planeta, dos usos dos recursos naturais pelo homem, e a evolução do uso desses recursos, em uma abordagem que permeia os usos dos recursos naturais para a subsistência até os seus usos de forma predatória e insustentável. Na sequência é apresentado as primeiras manifestações humanas a nível global sobre a situação dos usos dos recursos naturais no planeta e os impactos ambientais decorrentes desses usos. Por fim o trabalho faz uma abordagem sobre a questão ambiental no Brasil, os movimentos ecológicos, as políticas públicas e um histórico evolutivo da legislação ambiental no Brasil, O objetivo do trabalho foi apresentar como o homem ocupou e utilizou dos recursos naturais no planeta e os reflexos desse uso para com o meio ambiente. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi de natureza básica, exploratória e qualitativa. Os Instrumentos de coleta e análise dos dados utilizados foram a pesquisa documental em bibliografias especializadas, os resultados desse trabalho apresentam uma evolução tanto na questão da evolução do uso dos recursos naturais pelo homem quanto na percepção e ação de pessoas e grupos isolados em defesa de um desenvolvimento mais harmônico e respeitosos com esses recursos, não só no discurso mais prevendo inclusive sua escassez, o que culminou em grandes encontros internacionais e locais para discutir a relação homem e meio ambiente, que por sua vez gerou acordos, normas leis e o conceito de desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** meio ambiente, gestão ambiental, planejamento ambiental, impacto ambiental.

#### **ABSTRACT**

This paper presents an evolutionary history of the environmental issues on the planet, the use of natural resources by humans, and the evolution of the use of those resources in an approach that allows the use of natural resources for subsistence until their uses in a predatory way and unsustainable. In sequence the first human global demonstrations on the situation of use of natural resources on the planet and the environmental impacts of these uses is presented. Finally the work is an approach to environmental issues in Brazil, the ecological movements. Public rules and an evolutionary history of environmental legislation in Brazil, The aim of this work was presented as the man held and used

natural resources on the planet and the consequences of this use for the environment. The methodology used for data collection was basic, exploratory and qualitative nature. The collection instruments and data analysis were used to search documents in specialized bibliographies, the results of this work shows an evolution in both the question of the evolution of the use of natural resources by man as the perception and action of people and isolated groups in defense of a more harmonious and respectful to those resources development, not only in the discourse even more anticipating their scarcity, culminating in major international and local meetings to discuss the relationship between man and environment, which in turning generated agreements, standards, laws and the concept of sustainable development.

**Keywords:** environment, environmental management, environmental planning, environmental impact.

## 1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais nos últimos anos tem sido alvo de muita discussão entre as esferas governamentais e a sociedade civil como um todo, é um tema de bastante relevância, pois se trata da qualidade de vida no ser humano e de sua própria existência no planeta. Entender como essas questões ambientais foram evoluindo e atingindo estágios degradantes e impactos ambientais muitas das vezes irreversíveis são de suma importância, a partir desse entendimento é possível o desenvolvimento de procedimentos, de novas tecnologias que minimizam ou anulam esses impactos proporcionando uma melhor qualidade de vida as pessoas e diminuindo as ações penosas do ser humano no meio ambiente.

Nesse contexto é importante entender a relação do homem com o meio natural, as suas dependências, os seus usos a evolução e as suas necessidades. O homem sempre manteve essa relação de dependência com o meio, porém nos últimos anos principalmente após a Revolução Industrial a relação do ser humano com o meio ambiente e com o uso dos recursos naturais passa a ser desarmônica, não que houvesse total harmonia do homem com o meio só se intensificou as necessidades. O homem passa de uma relação de dependência praticamente de subsistência para uma relação de necessidades de bens e serviços que venham suprir as demandas quase que infinitas da vida moderna, industrializada, capital e consumista que vivemos.

Os maiores problemas ambientais que tivemos decorrem da Industrialização, emissões ácidas na atmosfera, geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e atmosféricos, inclusive os de efeito estufa que para grande maioria de cientistas e pesquisadores tem causado grandes problemas no clima, outro aspecto importante pós-revolução foi a própria revolução agrícola e a expansão da agricultura com a derrubada de matas abertura de campos, uso indiscriminado de herbicidas residuais, pesticidas e fertilizantes sintéticos.

Nos dias atuais apesar de muito ter sido feito para minimizar os impactos da ação humana sobre o meio ambiente, ainda sentimos os efeitos desses impactos gerados desde aquela época e, o mundo

moderno requer inovações tecnológicas imediatas, e geração de consumo num cenário de mais de sete bilhões de habitantes para suprir toda essa necessidade.

Esse trabalho conta uma parte dessa história, através de uma apresentação evolutiva de acontecimentos históricos da relação do homem com os recursos naturais, é possível perceber claramente que a industrialização e a evolução da tecnologia foram benéficas no ponto de vista de desenvolvimento, e que após esse acontecimento sempre houve uma preocupação com o uso dos recursos e com as consequências ao meio ambiente pelo homem. O que culminou em ações globais por parte de líderes governamentais muito influenciados pelas manifestações individuais e coletivas em prol de um meio ambiente equilibrado, gerou também leis, normas e regras para o uso desses recursos.

O objetivo desse trabalho foi apresentar um contexto histórico da relação humana com o meio ambiente e o uso dos recursos naturais e os impactos ambientais gerados a partir dessa relação bem como as atitudes promovidas para assegurar um meio ambiente com sustentabilidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A QUESTÃO AMBIENTAL

O adensamento humano e a ocupação dos espaços territoriais associados à conservação e preservação e dos recursos naturais tem sido tema de muita discussão nos últimos anos.

Em toda a história, a humanidade manteve uma relação de dependência com os recursos naturais, para proteção, moradia e alimentação, segundo Quintas (2005,p.20). *Em nenhum momento de sua história, a humanidade viveu sem auxílio do meio físico natural. O seu uso como base material de sustentação da existência humana, bem como as alterações decorrentes deste uso são antigos quanto à própria presença do homem no planeta Terra.*

Essa relação de dependência com o passar dos anos foi crescendo à medida que novas tecnologias foram descobertas no campo da medicina da educação e da indústria como por exemplo o controle da mortalidade, descobertas de vacinas a difusão da educação e a invenção dos motores a combustão. Todas essas novas tecnologias proporcionaram ao ser humano longevidade, inteligência e comodidade que por consequência um desequilíbrio entre a capacidade suporte do planeta em relação às necessidades humanas. A população mundial já ultrapassou os sete bilhões de pessoas que dependem exclusivamente da exploração e uso dos recursos naturais para sobrevivência.

Essa exploração excessiva dos recursos naturais pelo homem gera o que chamamos de degradação e/ou problemas ambientais, para Andrade (200, p.17) *o que está ocorrendo é que estamos vivendo em meio a uma série crescente de problemas ambientais, gerados por um modelo hegemônico de desenvolvimento.* Ainda segundo Andrade (2001, p.17):

A história da humanidade mostra que a degradação ambiental já acontecia há muito tempo atrás. Só que, nessa época, a degradação detectada não representava um grande impacto na natureza, provavelmente não se configurando como um problema ambiental, nos termos como é entendido hoje. Na história da humana, o comportamento predatório não é novo. O que é novo é a dimensão e extensão dos mecanismos de depredação, onde inclui-se, desde o surgimento das grandes cidades e das imensas lavouras de monoculturas, até as armas nucleares.

O agrupamento de pessoas em cidades é uma prática antiga, Santos (2013,p.16) diz que, *a organização do espaço sempre foi uma premissa para grupos de pessoas que se propõe a viver em estado gregário, sob objetivos e normas comuns. E afirma que este tipo de disposição vem sendo observada pelos povos desde antiguidade, quando já existiam formas de planejamento.*

Ainda de acordo com Santos (2013,p.16):

As primeiras informações sobre planejamento do espaço descrevem aldeias ligadas a prática de pesca ou agricultura. Nelas, a ordenação do território levava em consideração aspectos ambientais como, topográfica e microclima. Exemplos tradicionais de um embrião de planejamento advêm das aldeias da Mesopotâmia, cerca de 4000 A.C., cujos registros apontam os primeiros “planejadores profissionais”. Eles foram, na realidade, autoridades religiosas preocupadas com a organização das cidades. Ao longo da história, até se formarem as primeiras grandes cidades, os homens planejaram seu espaço buscando atender preceitos religiosos, de estética e de conforto.

## 2.2 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

A partir da revolução industrial em meados do século XVIII, onde a manufatura deu lugar a indústria a as novas oportunidades levaram o homem do campo para a cidades em um processo muito rápido tudo isso causou significativa mudança na forma de planejamento e ocupação das cidades e conseqüentemente os impactos ambientais.

A Revolução Industrial trouxe grandes avanços para a humanidade porém o pensamento de um desenvolvimento unilateral e a falta de preocupação com o uso dos recursos naturais deixou para as gerações um passivo difícil de ser contornado, para Santos (2013,p.17) *o marco das preocupações do homem com o meio ambiente, incorporado as questões sociais, políticas, ecológicas e econômicas com uso racional dos recursos, deu-se em 1968, com o Clube de Roma.* Onde um grupo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento se reuniram para discutir o crescimento e o uso dos recursos naturais, essas discussões culminaram em um relatório chamado “*Os Limites do Crescimento*” publicado em 1972 Santos (2013). Antes disso em 1962 outro fato importante que deve ser ressaltado é a publicação do Livro “*Primavera Silenciosa*” de Rachel Carson um clássico do movimento ambientalista mundial de denunciava entre outros aspectos o uso excessivo de inseticidas e pesticidas na produção agrícola Andrade (2001).

A explosão do desenvolvimento pós-revolução industrial parece ter deixado a humanidade eufórica com a possibilidade do crescimento, muito em função da economia, quando outros aspectos

como o crescimento desordenado das cidades influenciado pelo êxodo rural e a exploração dos recursos naturais e a falta de planejamento parece não ter sido pauta de discussão. Para Santos (2013,p18):

Os primeiros os primeiros estudos de avaliação de impacto refletiam “*sistemas de planejamento*” de caráter ambiental, mas referenciados por obras públicas. Os métodos adotados eram um somatório das avaliações de custo/benefício, técnicas de questionamento e métodos baseados em listagens, desenvolvidos entre os anos de 1930 e 1970.

A partir dos anos de 1930, o estudo sobre o planejamento de águas já estava bem amadurecido pela sociedade, percebe-se inclusive o desenvolvimento de métodos multicentrais e a percepção do custo/benefício do uso desse recurso. O que resultou em tomadas de decisões em relação a disponibilidade e os diversos usos da água. Nesse período entre 1930 e 1940 surge a ideias de planejamento baseado em Bacias Hidrográficas. Santos (2013).

Esse conceito de gestão por bacias hidrográficas ainda perdura, casos como o do Brasil onde a bacia hidrográfica é a unidade de gestão, que deve ser instituída nos processos de planejamento.

Inúmeros acontecimentos da história da relação homem/natureza nos remetem a algumas reflexões e algumas perguntas, como o homem é capaz de produzir tanta tecnologia em um curto espaço de tempo, não ter se provocado para as questões do meio ambiente? Da poluição? Da escassez dos recursos naturais? A resposta a esses questionamentos aparecia de forma isolada como já foi citado anteriormente da publicação do Livro “*Primavera Silenciosa*” e da formação do Clube de Roma. Porém essa questão ficou latente a nível global em 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo na Suécia. Segundo Andrade (2001,p.30) *o acontecimento que mais influenciou os movimentos ambientalistas internacionais na década de 70 foi a Conferência de Estocolmo, com a participação de 113 países*. Nessa conferência surge pela primeira vez o conceito de “*ecodesenvolvimento*”, visto que a comunidade mundial deveria seguir por um novo paradigma de desenvolvimento que fossem menos degradadores e predatórios com co a o meio ambiente.

A conferência de Estocolmo provocou na comunidade mundial uma série de reflexões sobre a relação homem/natureza e os limites para o desenvolvimento. Em 1973 Ignacy Sachs amplia o conceito de “*ecodesenvolvimento*” acrescentando três pilares para a sustentabilidade ambiental que era, a “justiça social”, prudência ecológica” e eficiência econômica que conhecemos nos dias de hoje como “desenvolvimento sustentável”, Andrade (2001). Em 1975 um outro documento importante foi a “*Carta de Belgrado*” que preconizava uma nova ética global, pautada na erradicação da pobreza, do analfabetismo, da poluição, da fome dentre outros e o repúdio do desenvolvimento das nações as custas das outra Medina (2001). Essas ações ampliam o pensamento sobre o meio ambiente, deixando esse conceito de ser restrito apenas aos aspectos naturais, incluindo outros aspectos como o social e o homem no contexto.

Em 1977 outro marco pautou as agendas internacionais, onde foi convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ocorrida em Tbilisi, na Geórgia antiga União Soviética. Medina (2001,p.26), diz que.

A conferência foi organizada discutindo os seguintes pontos fundamentais: principais problemas ambientais da sociedade contemporânea; pressupostos da educação para contribuir na resolução dos problemas ambientais; atividades implementadas em nível nacional e internacional com vistas ao desenvolvimento da educação ambiental; estratégia de implementação da mesma em nível nacional; cooperação regional e internacional de modo a promover a educação ambiental; necessidades modalidades para a implementação das ações.

### 2.3 OS MOVIMENTOS ECOLÓGICOS

Com as questões ambientais bem difundidas pelo mundo, muitas ações puderam ser vistas a nível mundial, como a criação do primeiro Partido Político voltado para as questões “ecológicas” na Inglaterra o “*Ecology Party*”. Segundo Andrade (2001,p.36), *a política verde expandiu-se geograficamente muito rápido, além do seu berço original europeu-ocidental, atingiu a Europa, América do Norte, América do Sul, Austrália, Índia, Japão entre outros*. Na década de 1980 a Assembleia geral das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1985 foi realizada a Convenção de Viena para tratar da Camada de Ozônio, em 1987 a 2ª Conferência Mundial de Educação Ambiental em Moscou promovida por Organizações Não Governamentais apoiada pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente PNUMA e, inúmeras ações de nível global e local em prol de uma relação mais harmônica do ser humano com o meio ambiente, para Andrade (2001,p.38).

No final da década de 80 começou-se a consolidar, em amplos setores da sociedade, a necessidade de se adotar um novo estilo de desenvolvimento, mais humanizador, que traga em seu bojo a responsabilidade socioambiental. Assim difundiu-se o conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente depois da divulgação, no meio internacional, do relatório “*Nosso Futuro Comum*”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, conhecido também como Relatório de Brundtland.

Esse relatório presidido por Gor Brundtland atribuía um novo sentido e compromisso da sociedade para com o planeta a “*responsabilidade comum*”. E é atribuído o conceito de “*desenvolvimento sustentável*”, esse conceito aprimora e cumprimenta o conceito de “*ecodesenvolvimento*” criado durante a Conferência de Estocolmo em 1972, o conceito de Desenvolvimento Sustentável preconiza como um desenvolvimento que “*atende as necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras*” Andrade (2001).

A década de 1990 foi marcada pela maior conferência planetária da história da humanidade, em um momento onde as questões ambientais já estavam difundidas e o mundo vivia um pleno

desenvolvimento, essa Conferência aconteceu no Brasil em 1992 na cidade do Rio de Janeiro denominada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento mais conhecida como “Rio 92” ou “ECO 92”, congregou 179 países, a ECO 92 foi o marco das conferências realizadas até os dias de hoje, da ECO 92 saiu um dos maiores compromissos firmados entre os países a “Agenda 21” um compromisso planetário para garantia do Desenvolvimento Sustentável no século 21, a ECO 92 também teve papel importante para a difusão e a inserção do Brasil na luta pela sustentabilidade Medina (2001).

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

No Brasil as primeiras manifestações ambientais datam das décadas de 1800, um breve histórico desses acontecimentos pode ser vistos na tabela 01.

Tabela 01- Breve histórico dos acontecimentos ambientais no Brasil séc. XIX.

Acontecimento histórico	Ano	Século
Criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro	1808	XIX
Lei 601 de Dom Pedro II proibindo a exploração florestal nas terras descobertas, a lei foi ignorada, continuando o desmatamento para implantação da monocultura de café. Lei	1859	XIX
André Rebouças sugere a criação de parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas.	1876	XIX
Foi criado o primeiro parque estadual em São Pablo. Parque da Cidade.	1896	XIX

Fonte: MMA disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>. Acesso em: 30 ago. 2014. Adaptado pelo autor.

Para ANDRADE 2001, o movimento ambientalista brasileiro desenvolveu-se na década de 70, em um contexto de ditadura militar. Quando o país atravessava uma das piores crises sociais de distribuição de renda o que desviava a preocupação do cidadão com as questões do meio ambiente para a conjuntura política e econômica do país. Nessa época um fato importante para o movimento ambiental brasileiro é a criação da “Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural”, por militantes ambientalistas em Porto Alegre RS essa associação foi a primeira Organização Não Governamental ONG criada no Brasil e na América Latina. Andrade (2001) apud (Viola, 1987).

As preocupações com o meio ambiente no Brasil datam da década de 1930, apesar de outras iniciativas passadas já terem tido alguma repercussão, alguma dessas iniciativas são tratadas por ambientalistas como marco ambiental brasileiro como é o caso da proibição do corte do Pau Brasil e a criação do Jardim Botânico Brasileiro, no Rio de Janeiro Barbieri (2007), ainda para Barbieri (2007,p.97), “o objetivo de proibir o corte do Pau Brasil era para assegurar o monopólio das madeiras de tinturaria estabelecida pela coroa portuguesa em 1502”, o que não pode ser vista exclusivamente como uma ação em prol a preservação ambiental desse recurso. Conforme diz Barbieri (2007,p.97) apud ACOT, “a criação dos Jardins Botânicos a partir do século XVI decorre de uma preocupação

*dos Biólogos viajantes com pura proteção de espécies aclimatadas*”. A intenção por consequência da criação do Jardim Botânico em 1810 não foi a preservação do remanescente florestal de mata atlântica bem como das suas espécies era para o cultivo de espécies exóticas trazidas da Ásia e da Índia.

Até o início do século XX não havia a mínima preocupação com a degradação ambiental no Brasil sustentado pela exploração indiscriminada de seus recursos naturais, para os políticos Brasileiros não se sensibilizava com os problemas ambientais, apesar de serem muitos os problemas e as manifestações populares Barbieri (2007).

A abundância de terras férteis e de outros recursos naturais, enaltecida desde a Carta de Caminha ao rei de Portugal, tornou-se uma espécie de dogma que impedia enxergar a destruição que vinha ocorrendo desde os primeiros anos da colonização. A degradação de uma área não era considerada um problema ambiental pela classe política, pois sempre havia outras a ocupar com o trabalho escravo. Barbieri (2007,p.98).

Durante esse período muitos foram os acontecimentos ambientais no Brasil e muitas ações foram tomadas inclusive por políticos da época como José Bonifácio e Joaquim Nabuco e que podem ser considerados os primeiros fomentadores do movimento ambiental brasileiro.

Outro fato relevante para o movimento ambiental brasileiro foram os ocorridos a partir de 1930, especialmente a criação do Código Florestal, Código das Águas, Código de Minas e Código da Caça todos de 1934, ainda fato relevante foi à criação da primeira Unidade de Conservação no território Brasileiro o Parque Nacional do Itatiaia em 1937. Para Barbieri (2007,p.97),

As políticas públicas dessa primeira fase procuraram alcançar efeitos sobre os recursos naturais por meio de gestões setoriais (água, florestas, mineração etc.). para cada uma dessas políticas é preciso frisar que a criação de órgãos específicos para sua gestão como o caso da criação do Departamento Nacional de Recursos Minerais e o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica dentre outros.

Porém os problemas de respeito à poluição ambiental só foram sentidos pelos governantes a partir do final da década de 1960. Ainda segundo Barbieri (2007,p.99). *Até meados da década de 1970, a poluição industrial era vista como sinal de progresso e, por isso, muito bem-vinda para muitos políticos e cidadãos.*

No ano de 1973 cria-se a Secretaria Especial de Meio Ambiente SEMA, dentro do Ministério do Interior, um grande marco para a questão ambiental brasileira.e em 1989 cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, com a criação do IBAMA passa-se integrar as ações de Gestão Ambiental a nível nacional que antes eram fragmentadas e tratadas de forma isoladas nos ministérios Barbieri (2007).



### 3.1 A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

Como já foram citadas, as políticas públicas sobre o meio ambiente no Brasil datam de 1934, com a criação do Código Florestal, Código das Águas, Código de Minas e Código da Caça dentre outros, documentos esses que deram uma nova forma no ordenamento e no desenvolvimento do país, a partir daí diversos outros documentos e leis foram criadas como podemos ver na Tabela 02.

Tabela 02 – quadro resumo da evolução da Legislação ambiental brasileira.

TIPO DE NORMA	DATA	ASSUNTO
Decreto 23.672	1934	Código da Caça
Decreto 23.793	1934	Código Florestal
Decreto 24.642	1934	Código de Minas
Decreto 24.643	1934	Código das Águas
Lei 4771	1965	Institui o novo Código Florestal
Decreto Lei 221	1967	Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras providências.
Lei 5197	1967	Lei de Proteção a Fauna.
Decreto Lei 1413	1975	Sobre medidas de prevenção a poluição industrial.
Lei 6513	1977	Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural.
Lei 6766	1981	Dispões sobre o parcelamento do solo.
Lei 6938	1981	Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus afins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
Lei 7347	1985	Ação Civil Pública – disciplinou a ação civil pública como instrumento de defesa do meio ambiente e dos demais direitos difusos e coletivos e fez com que os danos ao meio ambiente pudessem efetivamente chegar ao poder judiciário.
Resolução CONAMA 001	1986	Estabelecem diretrizes para a Avaliação de Impactos Ambientais.
Constituição Federal do Brasil	1988	Capítulo VI – Do Meio Ambiente: Artigo 225.
Lei 9433	1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.
Lei 9605	1988	Lei dos Crimes Ambientais – dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e da outras providências.
Lei 9985	2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Regulamenta o Art. 225 §1º, incisos. I, II, III e VII da Constituição Federal.
Resolução 302	CONAMA 2002	Que dispõe os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime do seu entorno.
Resolução 303	CONAMA 2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Lei 12.305	2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Lei 12651	2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. (Novo Código Florestal)

Fonte: SANTOS 2015; BARIERI 2007, adaptado pelo autor.

O quadro acima é possível perceber a evolução da nossa legislação ambiental brasileira, dessas

é importante destacar a Lei 6938/81 que Dispões sobre a política nacional de meio ambiente, segundo Barbieri (2007,p.100), *ela apresenta uma mudança importante no tratamento das questões ambientais, na medida que procura integrar ações governamentais dentro da abordagem sistêmica*. Essa lei também trata o meio ambiente em sua totalidade e o considera como patrimônio público e deve ser protegido para o uso da coletividade, o que desmistifica o meio ambiente como de acesso livre e comum.

Outra questão importante da Lei 6938/81 foi a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente o SISNAMA, que tem por finalidade proteger e melhorar o meio ambiente e é integrado pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios Barbieri (2007).

Outro marco importante da legislação ambiental brasileira talvez o mais importante deles foi a Constituição Brasileira de 1988 que dedicou Capítulo VI exclusivo ao meio Ambiente através de seu artigo 225, onde assegura que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988).

É importante frisar que esse texto da Constituição foi muito influenciado pelo relatório “*Nosso futuro Comum*” já citado nesse artigo, A constituição também atribui a responsabilidade de proteção do meio ambiente ao governo, aos estados, e aos municípios e todo coletividade, uma responsabilidade de cada cidadão, são princípios fortalecedores para um ambiente ecologicamente mais equilibrado e que possa promover a qualidade de vida da população e a manutenção da vida no planeta Barbieri (2007).

#### 4 MÉTODOS

Uma das buscas constantes do ser humano é a pelo conhecimento, seja o da realidade ou o da verdade mais a busca foi sempre perseguida em toda história da humanidade. Os caminhos buscados para o conhecimento são os através da Ciência, que permite uma maior probabilidade de acerto, e para fazer ciência e produzir pesquisa é necessário métodos, técnicas e procedimentos. Martins (2007).

Os instrumentos da pesquisa aqui trabalhados foram à coleta de dados em publicações impressas específicas sobre o tema e sites governamentais da internet.

A natureza da pesquisa foi Básica, que acordo com Barros e Lehfeld (2007, p. 93), *a ‘pesquisa pura’ ou ‘pesquisa básica’ tem por finalidade o “conhecer por conhecer”. é mais uma especulação mental a respeito de determinados fatos. É ainda chamada pesquisa teórica*.

O objetivo foi Exploratório que para, Santos (2007,p.28), *Explorar é tipicamente fazer a primeira aproximação de um tema e visa criar a maior familiaridade em relação a um fato.* Para Cervo et AL (2010,p.63). *A pesquisa exploratória, designada por alguns autores como pesquisa quase científica ou não científica, é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas.*

Quanto a abordagem foi qualitativa, pois a proposição foi analisar o entendimento de diferentes autores sobre o assunto a ser abordado e não promover uma análise estatística o que caracterizaria uma abordagem quantitativa (OLIVEIRA, 2002).

Martins (2007,p.35) diz que a tipologia de estudos, *conforme o enfoque epistemológico, há diferentes gêneros de pesquisa. Não há um único referencial. A bibliografia sobre metodologia científica apresenta grande número de tipos de estudo e pesquisa.* Neste contexto podemos citar a pesquisa bibliográfica que tem por objetivo interpretar e analisar resultados de pesquisas já realizadas por outros autores, também a pesquisa documental que segundo Martins (2007,p.35), *tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana.*

Os dados da pesquisa documental foram coletados de acordo com a sua relevância e enquadramento no contexto, e agrupados em cada tema e subtema a fim de justificar e/ou afirmar o conteúdo discutido.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão ambiental nas suas primeiras manifestações, é possível perceber que a relação homem natureza seguia uma certa de convivência harmônica, muito em função das relações de dependência estabelecidas entre o homem e os recursos naturais, é possível perceber também que havia uma ação predatória de consumo dos recursos porém que para a época em função da quantidade de habitantes, estilo de vida e falta de tecnologias essa relação não chegava a ser considerado um problema ambiental de grandes proporções ou de magnitude global como os que temos hoje exemplo do efeito estufa.

A partir da Revolução Industrial trabalhada no tema 2.2 é possível perceber que a relação “harmônica” passa a ser predatória como, havia uma política de desenvolvimento a qualquer custo, o mundo respirava tecnologia e essa Revolução alimentava o capitalismo, porém é preciso perceber que essa euforia de desenvolvimento fez surgir naquela época movimentos isolados e de magnitude global e função do desenvolvimento desordenado e os impactos ambientais gerados por esse desenvolvimento. Onde podemos citar as Conferências Internacionais já descritas nesse artigo, o que gerou na comunidade global uma motivação por novos modelos de desenvolvimento pautados no desenvolvimento como responsabilidade social, econômica e ambiental.

No terceiro tema item 2.3 foi abordado a questão dos movimentos ecológicos a nível global, esses movimentos foram muito influenciados pela crise ambiental instalada principalmente a partir da revolução industrial, onde podemos citar a criação de partidos verdes a criação de comissões internacionais e principalmente o PNUMA, esses movimento já amadurecidos nas discussões ambientais muito contribuíram para um dos maiores e mais importantes eventos de nível global acontecidos no planeta que foi a ECO 92 no Rio de Janeiro como já foi relatado, muitos dos documentos e discussões produzidas antes da ECO 92 influenciaram inclusive a formulação da Agenda 21.

Os temas 3 e 3.1 tratam exclusivamente do movimento ambiental brasileiro, nesses parágrafos foram abordados o surgimento dos movimentos no Brasil, as primeiras políticas públicas e a legislação ambiental brasileira. Na abordagem desses temas é possível perceber que o Brasil almejava o desenvolvimento e que esse que vinha a qualquer custo visto que vinha de uma ditadura e uma crise econômica acentuada, e mesmo com esses fatores prementes muito foi feito nas áreas de meio ambiente como a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, a criação do Jardim Botânico e a proibição da exploração madeireira por Dom Pedro II, ainda que estudiosos como Barbieri (2007) não concordassem que essas manifestações seriam de cunho a preservação desses recurso, hoje é possível perceber a importância dessas ações. É possível perceber também que o governo brasileiro não se preocupava com a degradação dos recursos naturais uma vez que o território era grande e sempre havia uma outra área a ser explorada. Ainda é importante frisar a criação da SEMA e do IBAMA que contribuíram para o estabelecimento das políticas ambientais no país Barbieri (2007).

Por fim é apresentado um pouco da história e da legislação ambiental brasileira que tem seu marco em 1930 com a criação de outros do código das águas. É importante reforçar a criação do Novo Código Florestal de 1977, instrumento da política ambiental que muito contribuiu com o ordenamento urbano principalmente na zona rural delimitando as Áreas de Preservação Permanente, esse código perdurou até 2012, mais o marco da legislação ambiental brasileira foi a dedicação de um capítulo exclusivo na Constituição Brasileira para o Meio Ambiente, a constituição define temas, atribuem responsabilidades e norteia as ações ambientais dos órgãos executivos. No escopo apresentado nesse artigo da legislação ambiental é possível perceber que ela é bastante ampla, porém em alguns casos demorou-se muito para ser feitas, publicadas, aprovadas e sancionadas, que é o caso da Política Nacional de Resíduos Sólidos que só saiu em 2010, uma política de suma importância para um problema que assola a sociedade e o meio ambiente que são os Resíduos Sólidos vulgarmente tratados como “Lixo”.

## 6 CONCLUSÃO

Conforme foi abordado nesse artigo, as questões ambientais nos últimos anos tem sido alvo de muita discussão entre as esferas governamentais e a sociedade civil como um todo, os objetivos principais desse trabalho foram apresentar como a ocupação humana e o uso dos recursos naturais no planeta causaram reflexos negativos e posteriormente positivos para com o meio ambiente, negativos na perspectiva do esgotamento e da poluição ambiental e os positivos no sentido de criar discussões, leis, normas e novas tecnologias para uma convivência mais harmônica como o meio ambiente. Foi possível concluir que o homem sempre teve um comportamento predatório sobre o meio ambiente em proporções que variaram da necessidade e da época em que estava vivendo, e que sempre houve uma preocupação com os usos desses recursos, também é possível perceber que na medida em que as necessidades do homem pelo uso dos recursos foram crescendo, e os impactos ambientais foram surgindo, e a comunidade de forma isolada ou em organizações estruturadas, procuram alternativas de manifestar suas preocupações para com os impactos ao meio ambiente. E diante disso muitos movimentos foram criados fortalecidos, e serviram de suporte para o estabelecimento de normas, lei, tecnologias e movimentos ambientais inclusive no Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas do Programa de Mestrado pela troca de informações e experiência, ao Centro Universitário de Goiatuba - UniCerrado pelo apoio institucional e a Fundação de Ensino Superior de Goiatuba pelo apoio financeiro.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sueli A. de. **Educação Ambiental: curso básico à distância: questões ambientais, conceitos, história, problemas e alternativas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. 5v. 2ª Edição ampliada
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 382 p.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BORGES, Instituto Mauro. **Perfil Socioeconômico de Goiatuba**. 2010. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2014.
- BORGES, Instituto Mauro. **Perfil Socioeconômico de Morrinhos**. 2010. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2014.
- BRASIL. José Silva Quintas. Ibama (Org.). **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Brasília: Ibama, 2005. 132 p.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 162 p.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual de Elaboração de Monografias e Dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.a, 2007. 134 p.
- MEDINA, N.M. de. **Educação Ambiental: curso básico à distância: questões ambientais, conceitos, história, problemas e alternativas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. 5v. 2ª Edição ampliada
- OLIVEIRA, S.L. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.
- SANTOS, Rozely Ferreira dos (Org.). **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. Cubatão: Oficina de Textos, 2013.